

“Comunistas na Igreja”: a atuação dos *católicos progressistas* no incentivo à participação popular na Região Sisaleira da Bahia nos anos finais do século XX

"Communists in the Church": the participation of progressive Catholics in the encouragement of popular participation in the Sisaleira Region of Bahia in the last years of the 20th century

Cristian Barreto de Miranda*

Resumo: O trabalho proposto tem como objetivo fazer uma breve discussão sobre a atuação de religiosos e leigos, considerados de *católicos progressistas*, no incentivo à participação popular nas decisões sociopolíticas da cidade de Conceição do Coité, situada na Região Sisaleira da Bahia, nos anos finais do século XX. A ação política desses católicos contribuiu para minimizar uma estrutura política ligada ao período ditatorial e para fortalecer a vivência da *Igreja Popular* na sociedade coiteense. A perspectiva teórico-metodológica que orienta essa análise compartilha dos pressupostos adotados pela *nova* abordagem da historiografia política e articula-se com fontes de diversas naturezas.

Palavras-chave: Católicos Progressistas, *Igreja Popular*, atuação política; Conceição do Coité.

Abstract: The purpose of this study is to present a brief discussion about the role of religious and lay people, considered as progressive Catholics, in encouraging popular participation in the socio-political decisions of the city of Conceição do Coité, located in the Sisal region of Bahia, in the final years of the century XX. The political action of these Catholics contributed to minimize a political structure linked to the dictatorial period and to strengthen the experience of the Popular Church in the society of Conceição do Coité. The theoretical-methodological perspective that guides this analysis shares the presuppositions adopted by the new approach of political historiography and articulates with sources of diverse natures.

Keywords: Progressive Catholics, Popular Church, political action, Conceição do Coité.

Introdução

“A Igreja é lugar de trazer o povo para perto de Deus, e pedir a Deus que resolva os problemas nossos e aqui na região. E não fazer daí um antro de comunistas, aí dentro desta Igreja”¹. Essa exortação foi proferida em 25 de setembro de 1992, em pleno período eleitoral, através das ondas sonoras da Rádio Sisal, principal veículo de comunicação de Conceição do Coité², por um advogado que comandava o programa “Dr. Ari, o advogado do povo”.

Em 1992, a disputa eleitoral brasileira transcorreu no marco do processo de impeachment do Presidente da República, fazendo com que os aspectos da conjuntura nacional tivessem preponderâncias nos temas locais. Realidade também explorada na política de Coité, como salienta um dos candidatos ao cargo do executivo no período, Misael Ferreira de Oliveira, “o problema de Collor nos ajudou muito. Quer dizer, ali era o Collor da corrupção, e eu mostrava a corrupção em Coité”³. Entretanto, o discurso de “Dr. Ari” demonstrava como a presença de padres e leigos católicos nas discussões políticas tornou-se um aspecto importante durante o embate eleitoral coiteense, ainda mais, quando alguns leigos decidiram, em 1986, adentrarem na política partidária e disputarem os cargos eletivos com empresários da indústria sisaleira.

A presença desses católicos no campo político coiteense deve-se a vivência de um catolicismo mais preocupado com a dinâmica das relações sociopolíticas nessa cidade, durante os anos finais do século XX. Um catolicismo característico da *Igreja Popular*⁴. Esse

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em História (UFBA, 2012).

¹ Processo nº 045/92 encontrado no Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité.

² Conceição do Coité está localizada a 235 km de Salvador, possui uma área de 1.086,224 km², tendo uma população estimada em 67.875 habitantes. O antigo território dessa cidade compunha os trajetos que interligavam Salvador ao Alto Sertão do São Francisco e o Estado do Piauí. A partir da década 1940, o cultivo do sisal tornou-se sua principal atividade econômica, atualmente possui as principais indústrias voltadas para os manufaturados do sisal na região.

³ Entrevista de Misael Ferreira de Oliveira em 26 de junho de 2009, concedida à Samara Suelen Lima da Silva durante sua pesquisa monográfica. Misael teve dois mandatos como vereador, sendo o mais votado do município, exerceu a função de líder do governo na Câmara Municipal entre 1962/66 e 1967/71. Em 1972 foi candidato a prefeito pela primeira vez, tornou-se a se lançar em 1982, perdendo as duas eleições, ganhando em 1992, como vice-prefeito na chapa com Diovando Carneiro. Assumiu o cargo de chefe do executivo de 8 de outubro à 31 de dezembro de 1996, em decorrência do suicídio de Diovando. Em 1987 foi eleito deputado estadual para o mandato de 1987 a 1991.

⁴ Compreendo esse conceito a partir de Mainwaring (2004), que entende por *Igreja Popular* setores do catolicismo que possuem uma visão de fé profundamente preocupada com os pobres e com a justiça social.

catolicismo praticado por religiosos e leigos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, considerados *católicos progressistas*⁵, foi um importante fator nos processos de socialização para o fortalecimento da participação popular nas decisões sociopolíticas e para o combate de condutas políticas que não correspondiam ao regime democrático no campo político local, como, por exemplo, a restrição de alguns indivíduos no debate político, a violência exercida aos opositores e as relações de mando e clientela.

Ao mesmo tempo, é interessante observar que o discurso de “Dr. Ari”, ao tentar macular a imagem dos leigos, atribuindo-lhes o rótulo de “comunistas”, tem como objetivo desqualificar os *católicos progressistas* e as suas ações pastorais na Igreja perante a população coiteense, e, possivelmente, de justificar a necessidade de medidas repressivas as ações desses leigos na arena política. Sabe-se que a tentativa de despertar e jogar contra adversários a força da tradição anticomunista demonstrou, em diversos momentos da realidade brasileira, uma notável capacidade de influir no jogo político (MOTTA, 2000).

Dito isto, este texto abordará as ações de religiosos e leigos católicos que mobilizaram processos de socialização para o fortalecimento da participação popular nas decisões sociopolíticas, em detrimento de uma cultura política em que o voto era tido como objeto de barganha e a utilização da violência como uma ação legítima do jogo eleitoral. Cabe salientar que a discussão aqui proposta está atrelada a investigação da minha tese de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia que visa estudar as disputas entre os leigos católicos e os empresários sisaleiros pelo poder político durante 1986 e 2012, ocorridas na cidade de Conceição do Coité.

A perspectiva teórico-metodológica que orienta essa análise compartilha dos pressupostos adotados pela nova abordagem da historiografia política⁶ “que adquire dimensões novas ao levar em conta o religioso” (COUTROT, 2003). Essa abordagem compreende que por trás do fato religioso se “reconhece uma dimensão social, que nas

Por estarem mais próximos dos movimentos populares são mais responsáveis pela criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e apoiam a chamada teologia da libertação.

⁵ Entendo esse conceito a partir dos estudos de Scott Mainwaring (2004) que compreende por *católicos progressistas* um setor da Igreja Católica, formado por movimentos leigos e integrantes da hierarquia, que busca ter uma visão de fé, profundamente, preocupada com os pobres e com a justiça social, e entende que a sua missão exige um envolvimento político.

⁶ Nesta *nova* abordagem o estudo do político é entendido não apenas em seu sentido tradicional, relacionado com o Estado e os grandes líderes, mas, como destaca Francisco Falcon (1997), em nível das representações, dos imaginários sociais, da memória, das mentalidades, bem como as diversas esferas do exercício do poder. Para René Rémond (2003), a história política, a partir da análise dos jogos de poder, seria imprescindível para a compreensão do todo social, o político é uma modalidade da prática social, é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social. Exige ser inscrita numa perspectiva global, apropriando-se de métodos e teorias desenvolvidos também por cientistas políticos, uma renovação através de novas abordagens, objetos e problema.

expressões religiosas pode-se encontrar a presença do político e, ainda mais, que as motivações religiosas podem de algum modo influenciar a vivência política de uma sociedade” (NUNES, 2016, p.11).

Nesse sentido, para Coutrot (2003) a relação entre cristianismo e política “reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço comum com a sociedade política”(p.334), assim elas difundem ensinamentos além das ciências do sagrado, “nada do que concerne ao homem e à sociedade lhes é estranho” (p.334), fazendo parte do mesmo tecido político, no qual o religioso informa em grande medida o político e, também, o político estrutura o religioso.

Nesta concepção, a qual pensa-se os estudos do político não mais com as características da história tradicional, mas com outros objetos, novas abordagens e aberta a problemáticas antes não vislumbradas, a perspectiva temporal desta pesquisa assenta-se nos procedimentos teórico-metodológicos da história do tempo presente, visto que nosso objeto está circunscrito numa temporalidade recente e articula-se com um vasto recurso documental (jornais, cartas pastorais, processos judiciais e entrevistas orais). E, conseqüentemente, com a história oral, pois a história do tempo presente é uma perspectiva temporal por excelência dessa história (FERREIRA; AMADO, 2006). Assim, o movimento de renovação da história política prestou importante papel para o desabrochar da história do tempo presente e da história oral na produção historiográfica.

Sabe-se que as noções de história do tempo presente e de história oral são ainda controversas, todavia é percebido que há um consenso no meio acadêmico de classificar a história oral como uma metodologia de pesquisa, sendo ela dependente da memória; e é compreendido que a história do tempo presente não seria “um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica” (DOSSE, 2012, P,7).

Dessa forma, compreende-se que a história do tempo presente não é sinônimo de história oral, e nem ambas são sinônimas de memória, mas as duas mantem uma profícua conexão com ela. Especialmente, com a memória coletiva, que não é a simples sobreposição de memórias individuais, mas “um campo discursivo e de força em que essas memórias individuais se configuram” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 204). A noção dessa memória se constitui de maneira mais clara a partir das representações do passado observadas em “determinada época e em determinado lugar - contanto que apresentem um caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham aceitação nesse grupo ou fora dele” (ROUSSO, 2006, p.95).

A história do tempo presente por ser “a história de um passado que não está morto, de um passado que ainda se serve da palavra e da experiência de indivíduos vivos” (ROUSSO, 1996, p. 63) é uma história - como também a história oral - “sob vigilância”, a de testemunhas que podem contestar os registros históricos nos quais não se reconhecem ou o perigo de se tomar o discurso testemunhal como uma verdade inquestionável, o que torna ainda mais necessária uma estrita articulação entre história e memória. (DOSSE, 2012). A memória é constituída por variadas temporalidades que coexistem inter-relacionando-se, ela é um fenômeno sempre atual (NORA, 2003).

Nesse sentido, os registros orais e escritos, que alicerçam essa investigação de aspectos das mobilizações empreendidas pelos *católicos progressistas*, presentes no Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, foram analisados sem hierarquizá-los, e sem a noção que um substitui o outro, eles são complementares, “há coisas que nunca poderemos saber a partir apenas do documento escrito, e também há coisas que a pesquisa oral não permite sequer que sejam colocadas” (GARRIDO, 1993, p.39-40).

Dito isto, adianto o percurso que pretendo fazer sobre os aspectos da atuação dos *católicos progressistas* na cidade de Conceição do Coité. Começarei apresentando, em suas linhas básicas, o contexto que influenciou o engajamento de leigos e da hierarquia local no campo sociopolítico coiteense, como também aspectos do campo político. Em seguida, tratarei de mostrar principais iniciativas empreendidas pelos *católicos progressistas* para uma maior participação popular nas decisões sociopolíticas e no esforço para modificar condutas políticas, que segundo eles, não condiziam com o sistema democrático. Finalmente, discuto, sucintamente, aspectos relacionados aos conflitos ocorridos frente às mobilizações empreendidas pelos *católicos progressistas* em Conceição do Coité.

Um novo pensamento religioso

Em 28 de abril de 1989, o Jornal Tribuna Coiteense - um informativo da imprensa local, fundado em 1980, que na época tinha grande repercussão na cidade e contava com vários colunistas que discutiam fatos ocorridos no município e região, principalmente os políticos, e fatos dos cenários estadual e nacional, sendo alguns deles pertencentes a Igreja Católica local - publicou a seguinte reflexão:

Os bispos latino-americanos reunidos no México disseram que esta pobreza não é uma etapa casual, mas o produto de determinadas ‘situações e estruturas’. Segundo os valores evangélicos, a divisão entre ricos e pobres

não é querida por Deus. Ele quer irmãos e irmãs que vivam relações justas e igualitárias. Por isso, precisamos mudar a sociedade.⁷

O evento retratado pelo Tribuna Coiteense dizia respeito a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla de Los Angeles, no México, em 1979, promovida pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), que, num contexto de recessão econômica, através dos seus documentos evidenciou uma Igreja mais comprometida com a ação social frente às ditaduras, à opressão e significou uma opção preferencial e solidária pelos pobres. Esse registro foi assinado por Arivaldo Ferreira Mota, no período leigo atuante na paróquia de Coité, agente pastoral, membro do Movimento de Cursinho de Crisandade⁸, e profissional liberal.

O interessante é evidenciar que no período da realização da conferência dos bispos latino-americanos no México, como também, no período da publicação da reflexão de Arivaldo Mota, não encontrei, até o momento, nenhum registro paroquial, sobretudo da hierarquia local, sobre esse evento. A reflexão de Arivaldo Mota é bastante significativa, pois revela que, nesse período, a instituição religiosa local, representada pelo seu clero, estava distante dos ideais e pressupostos que orientava a ação pastoral da Igreja Latino-Americana e, sobretudo, da Igreja no Brasil, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O descompasso da Igreja local com a Igreja nacional pode ser explicado pela conjuntura sociopolítica e religiosa de Conceição do Coité. A estrutura sociopolítica desse município estava atrelada ao processo de desenvolvimento industrial do sisal⁹, entre os anos de 1950 e nos meados de 1970¹⁰, e a implementação da Ditadura Militar no Brasil que

⁷ Jornal Tribuna Coiteense, Ano IX, nº 46, 28 de abril de 1989, p. 2.

⁸ O Movimento de Cursinho de Crisandade (MCC) fundado da Espanha na década de 1940 sob influência da Juventude da Ação Católica Espanhola (JACE). Apesar da sua estrutura nacional está vinculada às doutrinas e comportamentos tradicionais cristãos, no âmbito diocesano e paroquial foi um dos principais espaços leigos que comungou das propostas conciliares e da espiritualidade da libertação.

⁹ O Sisal também é conhecido como Agave, planta rústica originária do México, que se desenvolve em regiões semiáridas. O Brasil é o maior produtor de sisal do mundo, cuja receita proveniente da exportação de fibras já foi superior a US\$ 100 milhões. No Nordeste, praticamente na Bahia e Paraíba, os maiores produtores, concentra-se a exploração sisaleira do país, geralmente por pequenos produtores, tornando-se uma alternativa de renda (Fonte: Instituto do Desenvolvimento da Região do Sisal).

¹⁰ A literatura sobre o processo de industrialização dessa região, ainda, é escassa, mas é possível tecer relações desse processo com as análises sobre as tentativas de modernização baiana nos anos de 1950, através da “implementação de uma política de desenvolvimento agropecuário para a produção de matérias-primas e insumos básicos e que encontrasse complementaridade em relação não só às indústrias já instaladas no próprio território, mas ao setor industrial do centro dinâmico do país”(SANTOS, Reginaldo S.; OLIVEIRA, José C. S. *Notas preliminares sobre o padrão de intervenção do Estado da Bahia (1955-80)*. Rio de Janeiro, 1988. p.62. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br. Acesso em: 10/12/2016). Na década de 1970, a produção do sisal alcançou uma grande expansão por todo o município, transformando algumas regiões em áreas especificamente voltadas para a monocultura sisaleira. Essa fase foi marcada pela elevação dos preços da fibra no mercado externo devido à crise do petróleo.

oportunizaram o fortalecimento de uma poderosa elite econômica regional, ligada ao processo de exportação da fibra sisalana¹¹, no poder político local. Assim, a partir dessas décadas, os principais grupos políticos dominantes de Conceição do Coité foram constituídos por homens que enriqueceram com a industrialização da fibra sisaleira e disputaram com grandes comerciantes e profissionais liberais o poder político local, alcançando amplas vitórias nos pleitos.

Foi nesse contexto que despontaram no cenário político coiteense dois empresários do sisal, Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira de Oliveira, que, “colhendo os louros” da lavoura sisaleira, tornaram-se os maiores proprietários, negociantes e industriais do sisal, assim investiram nas suas carreiras políticas. Com a implementação do bipartidarismo, instituído pelo Ato Institucional nº 2, que interrompeu a liberdade partidária, a consolidação dos grupos políticos ligados aos empresários do sisal no campo político dessa região foi viabilizada, visto que essa elite, para conservar-se no poder e continuar ditando as regras do jogo político local, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), principal base de sustentação do regime, e acomodou-se nas sublegendas do partido do governo: Arena 1 e Arena 2.

Por outro lado, essa elite local, como em outras regiões do país, representou uma garantia de legitimidade ao poder central, pois oferecia fidelidade ao poder maior em troca da preservação de seus interesses, sendo provas evidentes disso “as vitórias eleitorais sucessivas e ampliadas ao longo da ditadura dos candidatos da Arena” (LEMENHE, 1995, p.29).

Destarte, nas bases do governo autoritário, os empresários sisaleiros conseguiram limitar o campo de atuação político-partidária e aglutinar outras lideranças políticas sob seu mando. Dessa forma, as disputas pelos cargos políticos restringiam-se aos *homens do sisal* e aos seus correligionários, assim a política coiteense estava dividida entre dois grupos rivais da mesma base governista. As semelhanças nos perfis político-ideológico desses empresários do sisal evidenciavam que “as disputas se davam dentro de um mesmo campo ideológico, só havendo uma separação dos candidatos em seu âmbito pessoal” (ALMEIDA, 2010, p.10). Dessa forma, como salienta Lemenhe (1995), devido à ausência de polarização

¹¹ As folhas do sisal produzem uma fibra altamente resistente que é utilizada para produzir artesanatos, vassouras, sacos, bolsas, chapéus, barbantes, cordas, capachos e tapetes, bem como na fabricação de celulose para a produção de papel Kraft (de alta resistência) e outros tipos de papel fino (para cigarro, filtro, papel dielétrico, absorvente higiênico, fralda etc). Além dessas aplicações, há possibilidade de utilização da fibra na indústria automotiva, de móveis, de eletrodomésticos, de geotêxteis (proteção de encostas, na agricultura e revestimento de estradas), na mistura com polipropileno, em substituição à fibra de vidro (composição de objetos plásticos) e na construção civil (PROSSIGA, 2004; CAMPBELL, 2004 apud ALVES, Maria O.; SANTIAGO, EDUARDO G. *Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino*. 2007. p.4. Disponível em: www.bdpa.cnptia.embrapa.br. Acesso em: 02/12/2016).

ideológica entre os partidos e nas circunstâncias de interesses pouco diferenciados, ocorreu um agravamento da condição personalística no poder.

O agravamento do personalismo na política coiteense limitou violentamente as discussões e reflexões sobre a política e seu verdadeiro significado. Como também, fortaleceu uma cultura política em que o voto era tido como objeto de barganha e a utilização da violência como uma ação legítima do jogo eleitoral. As engrenagens desse sistema político adquiriram nuances tão peculiares nessa região que a identificação dos grupos locais, a partir de 1972, era por meio da simbologia das cores, um “verdadeiro folclore eleitoral”: *Azuis* (Arena 1) e *Vermelhos* (Arena 2).

Com o processo de redemocratização, essa ordem não se alterou. Os dois grupos se organizaram em legendas pró-governo, o ARENA 1 migrou para o Partido Liberal (PL), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); e o ARENA 2, para os Partido de Frente Liberal (PFL) e o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Este último exerceu durante 40 anos a hegemonia no poder local, sendo liderado por Hamilton Rios de Araújo, o líder dos *Vermelhos*; já os *Azuis* estiveram sob a liderança de Misael Ferreira de Oliveira.

Na perspectiva religiosa, a Igreja, ao longo de sua história nesse município, esteve envolvida na trama das relações de poder em torno de poderosos chefes políticos, em alguns momentos, conduzida pela sua força simbólica advinda do poder eclesiástico; em outros, pelo seu esforço para conseguir atender as suas demandas estruturais e influenciar o campo político-institucional de Conceição do Coité. A estrutura sociopolítica de Conceição do Coité, fundamentada nas relações de poder tradicionais, impelia a Igreja a uma condição de subserviência ao poder local. A condição de dependência material e financeira fez com que a Igreja mantivesse por muito tempo uma relação de troca de favores com o poder municipal e, ao mesmo tempo, legitimava a autoridade de vários políticos que, ao redor das celebrações religiosas, reforçavam seu poder e suas posições de privilégio na sociedade. Como pode ser observado no seguinte registro realizado pelo Conselho Paroquial, em 23 de março de 1996:

Até junho de 1989, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité passava por momentos conturbados, que iam da fantasia, da necessidade de “aparecer”, do muito realizar sem objetivos concretos, até o comprometimento com grupos políticos que impuseram uma dependência estrutural, funcional e financeira, passando a Prefeitura Municipal a custear quase todos os encargos que acreditamos ser da

responsabilidade da administração paroquial. Funcionárias da Secretaria Paroquial, doméstica, luz, água e outras despesas passaram a fazer parte do passivo do poder público Municipal. Até aquela data, nunca tomamos conhecimento de balancetes que justificassem receitas e despesas de nossa paróquia. Até mesmo um automóvel que a paróquia possuía não se sabe que fim levou... Existia a paróquia subserviente a um grupo político¹².

Possivelmente, outro aspecto que dificultava a vivência religiosa, principalmente por parte do clero local, próxima da dimensão do programa conciliar de *aggiornamento*¹³, foi o fato das comunidades eclesiais, motivadas e criadas pelo Pe. José Antonio dos Reis¹⁴ por todo o território do município durante as décadas de 1970 e 1980, não possuírem um caráter de reflexão sobre os problemas sociais e de reivindicação dos seus direitos. Eram espaços principalmente dedicados à recepção dos ritos sacramentais. Essas comunidades não estavam concordes com a filosofia das CEB's, entidades que criticavam os poderes conservadores, sejam eclesiásticos ou políticos, e exprimiam a sua fé tendo consciência da situação social.

Por outro lado, o registro de Arivaldo Mota evidencia que uma parcela dos fiéis leigos da paróquia coiteense não esteve distante do *novo pensamento* da Igreja adotado no Concílio Ecumênico Vaticano II¹⁵ e influenciado pelas diretrizes da Teologia da Libertação¹⁶, responsável pelo engajamento de setores da Igreja na participação popular e na luta pela redemocratização na América Latina. Ao mesmo tempo, esse registro significa o esforço dos leigos que refletiam em suas reuniões os *ares* do Concílio Vaticano II, os

¹² Carta do Conselho Paroquial em 23 de março de 1996.

¹³ *Aggiornamento* é um termo italiano utilizado durante o Concílio Vaticano II e que o Papa João XXIII popularizou como expressão do desejo de que a Igreja Católica saísse atualizada do Concílio Vaticano II. Por outras palavras, o *aggiornamento* é a adaptação e a nova apresentação dos princípios católicos ao mundo atual e moderno, sendo por isso um objetivo fundamental do Concílio Vaticano II. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/>).

¹⁴ Pároco que antecedeu o padre Luiz e que pertencia a congregação religiosa da Sociedade das Divinas Vocações (Vocacionistas), está que administrou a paróquia entre 1959 e 1989.

¹⁵ O Vaticano II foi um Concílio realizado na Igreja Católica, com os bispos de todo mundo e de alguns representantes de outras denominadas religiões cristãs, desde 1962 a 1965 em diversas sessões na cidade do Vaticano, sendo convocado pelo papa João XXIII e encerrado pelo papa Paulo VI. A Igreja Católica vivenciou um novo paradigma sob influência do Concílio Vaticano II que provocou grandes transformações no seio da Igreja, tanto no campo conceitual e teológico, mas acima de tudo, na maneira de evangelizar, introduziu dentro do seio da instituição uma abertura para as questões sociais vigentes na sociedade que ela está inserida.

¹⁶ O nome *Teologia da Libertação* foi criado por Gustavo Gutierrez, em 1972, para indicar a expressão/legitimação da *práxis* de um vasto movimento social, que surgiu nos anos 1960, composto por padres, bispos, religiosas, movimentos religiosos laicos, intervenções pastorais de base popular e CEB'S. Michael Lowy (1975) define, também, como um conjunto de escritos produzidos por teólogos católicos e protestantes a partir de uma reflexão sobre a *práxis* desse movimento.

documentos das Conferências Episcopais Latino-Americanas em Medellín e Puebla¹⁷ e, sobretudo, compartilhavam da espiritualidade da Teologia da Libertação, em consolidar a chamada *Igreja Popular* no viver católico coiteense e, a partir dessas influências religiosas, realizar mudanças na conjuntura sociopolítica e econômica na sociedade.

Nesse sentido, provavelmente, foi através do contexto diocesano ao qual a Igreja local estava inserida, sob a jurisdição da então Diocese de Feira de Santana, que esses leigos coiteenses, pertencentes a movimentos pastorais de dimensão diocesana, tiveram contato com as novas diretrizes da Igreja, através de uma rede de solidariedade alcançaram autonomia para discutirem sobre os documentos conciliares independente da ação dos seus párocos. Visto que, uma parcela do clero diocesano, sobretudo os padres estrangeiros, animada pelos *ares* do Vaticano II e pela Teologia da Libertação, difundiu entre os fiéis católicos a importância de defender e de reivindicar os seus direitos.

Além da participação de padres nesse processo, Resende (2008) destaca que alguns leigos¹⁸, muitos deles professores, inspirados pela ação de inúmeros católicos que lutavam contra a Ditadura Militar no Brasil, divulgavam nos espaços eclesiais da diocese as novas diretrizes adotadas pela Igreja, sobretudo sua postura política.

Delgado e Passos (2009) argumentam que os processos de mudança no catolicismo, no sentido de maior aproximação das camadas populares e dos grupos que se empenharam por transformações sociais, trata-se de um movimento dialético e não-linear. Os sinais da relação de diálogo com a sociedade são decorrentes do envolvimento e da militância de alguns membros do catolicismo em diversas áreas da sociedade. “Com isso, a mediação das relações não se dá, somente, em nível institucional, como nos períodos anteriores, mas na própria realidade social” (DELGADO; PASSOS, 2009, p.97).

No Brasil, esse processo ocorreu no final de 1950 e no início de 1960, tendo como marcos: a mudança da orientação da Ação Católica¹⁹ sob a influência do pensamento de

¹⁷Essas duas conferências foram realizadas pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). A II Conferência de Medellín, em 1968, representou a consolidação das orientações do Vaticano II, à luz da realidade da América-Latina. A III Conferência de Puebla de Los Angeles, em 1979, foi muito discutida, esperada e temida, não só no Continente, mas em todo o mundo.

¹⁸ Resende analisa que muitos desses leigos possuíam um histórico de envolvimento com os movimentos sociais e tinham uma profunda participação na vida da comunidade religiosa. Esses leigos apoiavam a luta contra o sistema capitalista de exclusão social e estavam participando dos movimentos sociais católicos que surgiram no país nesse período. Eles colaboraram juntamente com alguns padres para a criação do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e para a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

¹⁹ A Ação Católica, movimento leigo oriundo da Itália no final do século XIX, foi criada no Brasil em 1920, por D. Sebastião Leme, estimulado por Pio XI. Dependente da hierarquia, este movimento conservador visava cristianizar diversos segmentos da sociedade brasileira, sobretudo a elite. Entre 1946 e 1950, o movimento tornou-se mais autônomo e passou a ter maior envolvimento com movimentos universitários e de esquerda. (MAINWARING, 2004)

Jacques Maritain²⁰, dos teólogos europeus, como Lubac, Chenu, Congar²¹, e do movimento de Economia e Humanismo do padre Lebre²²; E, como destaca Luiz Gonzaga Lima (1979), pela ação de um grupo do episcopado chamado de progressista. Esse processo, também, esteve ligado as questões trabalhistas no período de Getúlio Vargas, no contexto de polarização da sociedade civil brasileira nos meados de 1960, e na crise do capitalismo internacional que repercutiu nos países da América Latina.

Ao analisar essa evolução político-religiosa da Igreja Católica na América Latina, Bruneau e Hewitt (1992) argumentam que a aproximação da Igreja às questões sociais foi consolidada pelas tendências teológicas na Igreja universal e regional, que culminou com o Concílio Vaticano II e na reunião do CELAM, em Medellín. Destacam que no Brasil o principal veículo dessa mudança foram as ações da CNBB. A CNBB, comandada por um clero progressista, promoveu no cenário brasileiro programas sociais de implicações políticas.

Outro componente importante dessa ação na América Latina, analisado por Lowy (1991), foi o engajamento de cristãos aos ideais marxistas possibilitada pelo surgimento da Teologia da Libertação. Segundo o autor, sem a prática desse cristianismo para a libertação não se pode compreender fenômenos sociais e históricos tão importantes quanto à escalada da revolução na América Central ou a emergência de um novo movimento operário no Brasil.

Mainwaring (2004) salienta que o desenvolvimento da corrente libertária foi possibilitado graças às reflexões de vanguarda dos jovens da esquerda católica sobre a especificidade da fé católica no Terceiro Mundo. Esses jovens “não reduziram a fé à ação política, nem colocaram Marx à frente de Cristo, mas, de fato, acreditaram que a fé exige um compromisso de criar um mundo mais justo” (p. 94).

Por outro lado, Amaral (2006) argumenta que esse processo de mudanças políticas na Igreja foi possível pela ideia messiânica, pela burocratização da Igreja e pela relação entre laicato intelectual e sacerdotes. A visão de libertação desses grupos, segundo Bento

²⁰ Jacques Maritain nasceu em Paris no dia 18 de novembro de 1882 e faleceu em abril de 1973, em Tolosa. Foi um filósofo francês de orientação católica, suas obras influenciaram a ideologia da Democracia cristã.

²¹ Esses teólogos lideraram alguns movimentos teológicos que surgiram entre a I e a II Guerra Mundial, movimentos que propunham reformas na Igreja antes do Vaticano II. Lubac, Chenu e Congar foram atuantes teólogos do Vaticano II, apesar de terem sido censurados durante o magistério de Pio XII. Cf. CODINA, Victor. Há 50 anos houve um concílio...significado do Vaticano II. In: *Cadernos de Teologia Pública*. ano VII, número 81, 2013. Instituto Humanitas Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2013.

²² Foi um movimento criado em 1940, na França, pelo padre Louis-Joseph Lebre, economista e dominicano, em face da ocupação fascista, que propunha um pensamento político não só antifascista, mas abertamente anticapitalista e anti-imperialista. Pe. Lebre estabeleceu relações estreitas com o Vaticano durante o Concílio, sendo convidado pelo papa Paulo VI a redigir o texto da encíclica *Populorum Progressio*, promulgada em 1967. Cf. BOSI, Alfredo. Economia e Humanismo. In: *Estudos Avançados*, vol.26 no.75 São Paulo May/Aug. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 01/12/2016.

(1999), do ponto de vista político e econômico, era, sobretudo, a libertação do capitalismo, esse ponto de convergência com os conceitos marxistas custou uma considerada retaliação de setores eclesiais conservadores que entenderam o movimento como uma heresia que se expõe aos desvios da fé.

Em contrapartida, os autores referidos identificam que, apesar dessa contraofensiva dos setores conservadores frente as ações progressistas da Igreja, essa corrente libertária alcançou, ao longo das décadas de 1960 e 1980, amplos espaços de atuação na instituição, assim, possibilitou, segundo Jeffrey Klaiber (1997), que a Igreja assumisse um importante papel de liderança contra os regimes ditatoriais presentes nos países latino-americanos. Sua atuação favoreceu e legitimou em muitos países a formação de oposições políticas e alternativas para a retomada da democracia. No caso do Brasil, esse fortalecimento aconteceu antes do Vaticano II, com o deslocamento de alguns setores progressistas da hierarquia para importantes dioceses do quadro nacional, mas, sobretudo, pela criação da CNBB, em 1952, e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), em 1955, foram organismos catalizadores dessa nova política da Igreja.

Na realidade eclesial da Região Sisaleira, especialmente em Conceição do Coité, essas mudanças por meio da hierarquia são percebidas numa temporalidade pós-ditadura, a partir de 1989, com a chegada de padres e freiras imbuídos das concepções adotadas pela Igreja no Vaticano II e da Teologia da Libertação, como também, arraigados na experiência pastoral de enfrentamento ao regime autoritário e de convivência com a realidade de pobreza²³. A atuação dos padres Luiz Rodrigues de Oliveira e Antonio Elias Souza Cedraz e das Irmãs da Providencia de Gap²⁴, especialmente a Ir^a. Marina Roseli Santos, foi fundamental para a difusão e implementação das diretrizes do Concílio Ecumênico Vaticano II e para a consolidação da *Igreja Popular* na sociedade coiteense. Além disso, juntamente com a atuação dos leigos, contribuiu para a alteração das relações sociopolíticas marcadas pelas disputas políticas dos “homens do sisal”, distinguidos entre *Vermelhos e Azuis*.

Destarte, esse contexto vivenciado na Igreja Católica influenciou e possibilitou que alguns leigos e a hierarquia local situados em Conceição do Coité mobilizassem os fiéis

²³ Os padres Luiz Oliveira e Antônio Cedraz, e a freira Marina Santos compartilham em suas trajetórias de vida experiências de enfrentamento à Ditadura Militar e de participação em movimentos religiosos que foram espaços de mobilizações no processo de redemocratização do país. CF. MIRANDA, Cristian Barreto de. *Rebulição no Coreto: conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)* 162 f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2012.

²⁴ Congregação Feminina fundada pelo padre João Martinho Moye no ano de 1762 em GAP, região situada no sudeste da França. As Irmãs chegaram ao Brasil em 28 de junho de 1904.

católicos para uma maior participação popular nas decisões sociopolíticas e no esforço para modificar condutas políticas, que segundo eles, não condiziam com o sistema democrático. Assim, empenharam-se para minimizar uma estrutura política de mando que adaptou-se às transformações socioeconômicas e político-institucionais que o país e o estado sofreram a partir da redemocratização.

Os *católicos progressistas* no campo político coiteense

A permanência de uma cultura política característica do período autoritário, no qual *Azuis* e *Vermelhos* foram constituídos, após a retomada do regime democrático e a uma intensa mobilização da sociedade civil para garantia de direitos sociais e para um ativismo na política era entendido, segundo os *católicos progressistas*, como um grande retrocesso. Por isso, eles compreendiam que era necessário consolidar na comunidade coiteense, principalmente nos períodos eleitorais, valores e comportamentos ligados a cultura política democrática, aos ideais compartilhados pela *Constituição Cidadã* de 1988. A própria participação deles na política partidária seria uma maneira de buscar robustecer tal cultura em Conceição do Coité, como salienta uma de suas lideranças, Arivaldo Ferreira Mota:

[...] a partir do momento que nós percebemos uma situação maior quando foram transferidos médicos e professores daqui de nossa cidade para outras cidades distantes, como Doutor Pinheiro, Doutor Yedo, Acrísia. Aí nós percebemos que mais ainda precisávamos participar do projeto político diferente desses de perseguições, para que a gente pudesse tentar mudar a política de Coité.²⁵

Nessa perspectiva, os leigos entendiam que agir politicamente significava agir sobre uma cultura política (ALMEIDA, 2011), buscando mudanças na maneira pela qual a política era vivenciada em Conceição do Coité, especialmente no período eleitoral, em que o voto era moeda de troca e a violência era legitimada aos opositores do projeto político hegemônico. Dito isto, esse trabalho não analisa a noção de cultura política presente na sociedade coiteense a partir de sua afinidade ou do seu distanciamento com a democracia, e nem em relação ao desenvolvimento econômico. Mas a partir dos estudos de Serge

²⁵ Entrevista de Arivaldo Ferreira Mota, em 22 de junho de 2009, concedida à Bianca Carneiro de Almeida para a sua pesquisa monográfica. Arivaldo, então leigo atuante da Igreja local, técnico de contabilidade e estatística, fundador do Partido dos Trabalhadores em Conceição do Coité. Exerceu o mandato de vereador do município entre os anos de 2000-2004 e, em 2004, foi candidato a vice-prefeito em coligação com o PMDB, mas sua chapa não foi eleita.

Bernstein, que assinala que o “ato político, enquanto fenômeno complexo que ele é, se explica frequentemente por referência a um conjunto de representações compartilhadas por um grupo bastante amplo no seio de uma sociedade” (p.157). Nesse sentido, a compreensão da cultura política, através desses valores e crenças compartilhadas, “é fazer uma leitura comum do passado; de aspirações e projeções de um futuro a ser vivido em conjunto; e da comunhão de uma visão de mundo” (DUTRA, 2002, p.24)

A partir desse entendimento, Ângela Gomes (2005) destaca que apesar da complexidade e heterogeneidade desse “sistema de representações” essa noção de cultura política “é capaz de permitir a compreensão dos sentidos de um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribuí a uma dada realidade social, em determinado momento de tempo” (p.31). Assim, evidencia-se o caráter múltiplo das culturas políticas “cujos territórios são demarcados por limites que correspondem às normas e aos valores compartilhados” (DUTRA, 2002, p.25), mesmo que em um dado momento uma seja dominante.

A integração e a transmissão das culturas políticas são feitas a partir de múltiplos canais, elas surgem e se transformam em virtude, dentre outras coisas, dos processos de socialização, sendo que os canais de socialização da política tradicional são, por exemplo: a família, a escola, o liceu, a universidade e os diversos grupos onde os cidadãos são chamados a viverem. (BERNSTEIN, 1998, p. 356)

Portanto, na perspectiva dos processos de socialização, pode-se analisar a atuação política desses *católicos progressistas*, carregada de valores e símbolos religiosos, no jogo político-partidário, permeado por intensos embates e tramas, também, como uma maneira de fortalecimento e gestação de uma cultura política. Os movimentos leigos como tais são lugares cívicos, extremamente ricos, pois eles encarnam-se em ações concretas desenvolvidas em comunidade (COUTROT, 2003). Perceber a experiência dos católicos na Igreja e no partido, no sentido dessa socialização, “implica tanto numa afirmação e legitimação de uma cultura política preexistente, quanto permite o seu questionamento e, inclusive, a forja de uma nova proposta, na medida que permite a discussão da mesma”. (MARINHO, 2014, p.10).

O entendimento dos leigos também era partilhado pelos novos religiosos da hierarquia local que chegaram em 1989, especialmente pelo Padre Luiz Rodrigues, que publicou em outubro de 1990, no jornal Tribuna Coiteense, um artigo em que analisava as eleições do ano de 1989 como um momento de retrocesso histórico, pois os candidatos eleitos eram “filhos” do Regime Militar, período cujos “setores vitais da vida social” foram

“sucateados” por esses homens, um verdadeiro atraso social e humano²⁶, aspecto que não promovia o desenvolvimento democrático no país, favorecendo, assim, uma continuação das condutas políticas características do período autoritário.

Essa compreensão dos *católicos progressistas* coiteenses possivelmente foi influenciada pelo papel desempenhado por setores nacionais da Igreja Católica no processo de redemocratização do Estado Brasileiro, sendo primordial para a construção de uma democracia participativa. A atuação da Igreja nesse processo pode ser vista, por exemplo, nas ações de Dom Mario Moreli, bispo fluminense de Duque de Caxias, que juntamente com um grupo de leigos “viajou por todo o Brasil, fazendo palestras e encontros, na mobilização para que fosse convocada uma Constituinte” (WHITAKER, 2010, p.77). Como também a criação da Comissão de Acompanhamento da Constituinte organizado pela CNBB que publicava informações por todo o país sobre o andamento do processo de constituinte em um boletim semanal. Mainwaring (2004) destaca as seguintes ações desempenhadas pela Igreja no período de redemocratização:

Durante a abertura, a Igreja Católica motivou contribuições à democratização, desde a defesa dos direitos humanos, críticas aos abusos do autoritarismo, até o apoio aos movimentos populares. (...) uma de suas contribuições – a visão da esquerda católica - influenciou alguns agentes políticos importantes, inclusive uma parte significativa da esquerda, o PT, o sindicalismo novo e muitas ligas camponesas, sindicatos e associações de bairro.

Outra expressão dessa atuação, como apresenta Dermi Azevedo (2004), foi a mobilização da Igreja em favor das Emendas Populares à Constituição, com ênfase para a ética na política e para a implementação de políticas sociais como condição *sine qua non* para a estabilidade democrática. Foram apresentadas 122 Emendas, subscritas por mais de doze milhões de cidadãos, devido ao empenho de diversas organizações e movimentos sociais na coleta de assinaturas, inclusive da Igreja, a fim de conscientizar a população brasileira a participar das decisões sociopolíticas do país.

Assim, compartilhando da *espiritualidade da libertação*²⁷, responsável pelo engajamento de setores da Igreja na participação popular, e compreendendo a necessidade

²⁶ OLIVEIRA, Luiz R. *Retrocesso histórico*. Jornal Tribuna Coiteense, outubro de 1989.

²⁷ Segundo Lowy, esse conceito define o grande espectro de movimentos ligados a setores significativos da Igreja e de ideais da Teologia da Libertação que, em 1960, aproximou-se de movimentos de esquerda da América Latina e do Brasil. Cf. LOWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.39)

de modificarem o campo político coiteense, como foi observado no relato de Arivaldo Mota, que alguns leigos coiteenses, sendo eles professores das escolas estaduais do município, trabalhadores autônomos, servidores da administração pública e jovens estudantes, buscaram ter uma participação político-partidária, como relata uma de suas lideranças, Joilson Araújo Cunha, então agente pastoral e funcionário público: “Nós éramos todos do Movimento do Cursilho de Cristandade e ouvindo as exigências éticas do evangelho, começamos a procurar um partido que representasse o ideário cristão e fosse sintonizado com a busca da justiça”²⁸.

Dessa maneira, próximos da perspectiva da *Igreja Popular*, fundaram o Partido dos Trabalhadores²⁹ (PT) local, em 1986. O PT local é decorrente da ação desses leigos. Sob essa legenda, os *católicos progressistas* adentraram na disputa pelo poder político coiteense, campo em que os empresários sisaleiros tinham plena hegemonia, e foram considerados, por partes da população, de comunistas.

Bianca Almeida³⁰ evidencia, com base nos discursos dos leigos, que o principal objetivo a que se propunham era o de conscientizar a população para a formação de uma nova cultura política em Conceição do Coité, a fim de neutralizar as relações norteadas pelas práticas clientelistas e assistencialistas. Todavia esse objetivo traçado pelos leigos, naquele momento, não foi incentivado pela instituição religiosa local e nem eles conseguiram muitos adeptos para essa ação, pelo contrário, foram ridicularizados por serem uma minoria que “cabia dentro de um fusca”.

Pode-se supor que a falta de incentivo da hierarquia local no período, representada pelo padre José Antônio dos Reis compreendia que a instituição religiosa seria uma grandeza social diferente, contraposta à sociedade que se secularizava e buscava emancipar-se da tradição católica. A ação dos leigos no campo político poderia representar um caminho distante dos preceitos evangélicos. Todavia, a partir da chegada do padre Luiz Rodrigues de Oliveira houve o incentivo algumas lideranças vinculadas à instituição religiosa a se engajarem na política partidária, como relata Francisco de Assis, funcionário público:

²⁸Entrevista de Joilson Araújo, em 22 de junho de 2009, concedida à Bianca Carneiro de Almeida para sua pesquisa monográfica. Joilson era agente pastoral e membro do MCC, foi fundador do PT em Conceição do Coité e em 1996 foi candidato a vereador, mas não foi eleito, tendo naquela eleição 1.466 votos.

²⁹A aproximação desses católicos com o PT pode ser entendida ao analisar o estudo de Machado sobre a participação de setores católicos na formação do PT na grande São Paulo. Cf: MACHADO, Adriano Henriques. *Os católicos oPTaram? Os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande São Paulo (1978-1982)*. 204 f. 2010. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010.

³⁰ALMEIDA, B. C. 2010, op. cit.

O padre Luiz estimulou lideranças do Partido dos Trabalhadores, o padre Luiz deu oportunidade, visibilidade a algumas lideranças do partido e eu posso me incluir nisso, houve um programa de debate da TV Cultura e ele nos convidou a mim e a Joilson (...) dois notórios petistas embora o PT fosse pequenininho ainda e pouco influente no município, com o padre Luiz, o PT começou a ter visibilidade, as lideranças do PT se sentiram à vontade pra se organizar, se articular, se apresentar, levar suas propostas para a sociedade, ele contribuiu muito para a ascensão de algumas lideranças do PT de Conceição do Coité entre os quais eu me incluo. (...) o exemplo que ele dava de participação na vida social do município e o incentivo que ele promovia para as lideranças do partido dos trabalhadores fizeram com que ele possa ser com justiça, considerado uma pessoa que contribuiu para as causas das oposições e do partido dos trabalhadores em especial (...) a amizade dele com Waldir Pires o tornou mais petista, ele nunca foi petista embora ele tenha sido quando chegou aqui ou já o era “waldirista” e a vinda de Waldir para o PT facilitou essa aproximação dele com o PT de Conceição do Coité³¹.

Nesse sentido, a atitude do padre Luiz fortalecia o engajamento dos leigos nos movimentos sociais e influenciava os fiéis católicos, especialmente os leigos que vivenciavam a *espiritualidade da libertação*, quanto à importância da comunidade cristã na realização da transformação das estruturas injustas presentes na sociedade coiteense, através da reflexão e da *práxis* inspirada no Evangelho. O incentivo, por parte da hierarquia local, para a participação popular dos leigos no campo sociopolítico do município pode ser percebido, além do engajamento político-partidário, nos diferentes caminhos adotados na ação pastoral desses religiosos.

O principal caminho empreendido foi o de criar espaços para o protagonismo dos leigos, para que eles se percebessem como partícipes da missão salvífica da Igreja³² e como responsáveis em tornar presente e operante a missão evangelizadora junto às coisas temporais. Isto poderia ser feito através dos variados ministérios, dignos e necessários à construção do Reino de Deus, ajudando, dessa maneira, ao apostolado da Igreja.

³¹ Entrevista concedida por Francisco de Assis Alves dos Santos no dia 19 de dezembro de 2009. Atualmente exerce pela segunda vez o cargo de chefe executivo da cidade de Conceição do Coité, sendo seu primeiro mandato entre 2013 e 2016. Foi eleito vereador em 2004.

³² Conferir em Concílio Ecumênico Vaticano II, p. 167-72.

Segundo o depoimento de Eliana Souza³³, as irmãs de Gap, especialmente a Ir^a. Marina Roseli, tiveram papel importante na formação cidadã dos leigos da comunidade de Cristo Rei, situada no bairro do município chamado de Açudinho, e no incentivo à participação das mulheres em ações coletivas, seja ajudando na renda familiar, confeccionando artesanatos ou na reivindicação dos seus direitos junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité e à Associação dos Moradores do Açudinho.

As irmãs de Gap utilizavam textos bíblicos que relatavam histórias de importantes mulheres do povo de Deus que lutavam pela justiça e pelo Reino, como exemplo, para incentivar e legitimar as ações de mulheres residentes na comunidade do Açudinho; esse incentivo das irmãs pode ser observado no seguinte relato de Eliana Souza:

Durante esses dezessete anos de minha atuação nesse movimento eu posso dizer assim que a gente nunca perdeu esse contato com a Igreja Católica (...). No momento em que as irmãs da Providência deixou de dar aquele suporte, a assistência pra gente enquanto grupo, enquanto pessoas, enquanto católicos praticantes, né! apareceu padre Elias no município e isso facilitou bastante o nosso trabalho, ele que ajudou o coletivo em algumas organizações de oito de março que ajudou também (...) na formulação do estatuto do movimento de mulheres, enfim a Igreja esteve presente em vários momentos da história de conquistas dos direitos da mulher, né! As nossas formações sempre aconteciam ... em espaços cedidos pela Igreja Católica, né!... a gente teve sempre esse apoio da Igreja Católica né! Essa participação mais conjunta, não era só participar por participar (...) a Igreja mostra assim a sua participação enquanto entidade religiosa e mostra, faz com que as pessoas envolvidas hoje, não to falando somente por mim, mas alguns depoimentos de colegas mulheres e homens (...) todo mundo ligado, ta no movimento hoje a partir de uma ligação com a Igreja Católica.³⁴

Além da participação das irmãs no processo formativo, a presença do Pe. Antonio Elias Souza Cedraz foi fundamental para incentivar os católicos a se engajarem nas decisões políticas do município. O discurso religioso proferido por esses atores sociais para envolver os leigos no campo político emanava dos ensinamentos sobre a *questão social*

³³ Entrevista concedida por Eliana Souza, em 24 de julho de 2010, na cidade de Conceição do Coité. Eliana Souza, então leiga participante das CEB's da zona rural, atualmente participa da coordenação do Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité

³⁴ Ibidem.

refletida na Doutrina Social da Igreja³⁵ e nas Conferências Episcopais Latino-Americanas, sobretudo em Puebla. Segundo esta, a origem dos problemas sociais tinha sua raiz no pecado dos homens, uma “situação de pecado” que desfavorecia a vida e impedia a realização da pessoa humana.

Assim, seria primordial a atuação dos leigos na transformação das conjunturas que geravam condições desumanas de vida à luz do Evangelho. O leigo deveria ser o principal agente do viver social responsável de traduzir a sua fé em ações que atualizassem o Reino na denúncia de estruturas injustas e, sobretudo, no ordenamento cristão das coisas temporais (PASSOS; SOARES, 2007).

Padre Antonio Elias esteve presente nas comunidades da zona rural organizando muitas CEB's e sendo o principal motivador e formador de lideranças leigas. No período eleitoral, predominavam discussões e palestras sobre a participação política dos cristãos e sobre a importância do votar corretamente. Partilhava desse engajamento social junto aos jovens que, reunidos na Pastoral da Juventude (PJ), promovia discussões de uma fé interligada com a questão social, aspecto analisado no relato de Maria Eliana Santos, leiga que participava da CEB's e da PJ:

Uma das coisas que padre Elias colocava não era que apenas rezar, orar, mas também fazer a organização. padre Elias trouxe um incentivo bastante amplo com relação a isso (...) que as ações não andam sozinhas, não é apenas a pessoa que faz, mas o conjunto, se junta, soma, cresce e faz com que as coisas apareçam se não se junta, certamente enfraquece e acaba perdendo um projeto que foi construído³⁶.

Nesse sentido, a vivência desse catolicismo *da Igreja Popular* influenciou o engajamento de alguns leigos e membros da hierarquia local no campo político coiteense e possibilitou que os mesmos compreendessem que suas práticas religiosas perpassavam pelo compromisso de “ordenar as realidades temporais para pô-las a serviço da instauração do Reino de Deus”³⁷. Nesse sentido, contribuíram para alterar a concepção de que a

³⁵ A Doutrina Social da Igreja se desenvolveu no século XIX, por ocasião do encontro do Evangelho com a sociedade industrial moderna. Propõe princípios de reflexão, apresenta critérios de juízo, orienta para ação contrárias a lógica do mercado na regulamentação dos vínculos sociais que estão contra a justiça e o bem comum.

³⁶ Entrevista concedida por Maria Eliana Santos, em 24 de julho de 2010, na cidade de Conceição do Coité. Maria Eliana, atualmente participa da coordenação do Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité.

³⁷ Documentos do CELAM: conclusões das Conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo. São Paulo: Paulus, 2005, p. 482.

religião deveria estar distante das realidades terrestres, como também de que as discussões políticas só poderiam acontecer entre os representantes e os espaços legalmente instituídos para este fim, e não por um sacerdote, e nem na comunidade eclesial.

Católicos coiteenses em disputa ou à guisa de considerações finais

Em janeiro de 1997, o *Jornal Coiteense*, um significativo informativo da imprensa local, fundado na década de 1990, devido a extinção do *Jornal Tribuna Coiteense*, discutiu no seu editorial, com base nas declarações do então Arcebispo Metropolitano de São Salvador da Bahia e Primaz do Brasil, aspectos da limitação da atuação da Igreja Católica com a política, sendo a principal delas “a Igreja afastada de partidos (...) D. Lucas foi bastante claro ao determinar que pastores, bispos, padres e diáconos não deveriam fazer política partidária”³⁸. Tendo como título do editorial “A Igreja Católica e as eleições” concluiu com as seguintes indagações:

E como se portaram os padres, diáconos e ministros? Por exemplo aqui em Conceição do Coité? Foram coerentes com as normas da Igreja, colocadas por D. Lucas? Não. A conduta foi ostensivamente contrária, chegando ao cúmulo de colocarem no altar os candidatos a vereadores de sua predileção durante a missa do dia 29/09/96, numa atitude promocional bastante curiosa (...). Faltou compreensão e obediência as normas de D. Lucas.³⁹

Os questionamentos publicados no *Jornal Coiteense* são bastante interessantes, pois possibilitam evidenciar que setores conservadores da Igreja Católica no Brasil, no processo de retomada da democracia, adotaram a tendência de minimizar as mobilizações de incentivo à participação popular nas decisões sociopolíticas e no envolvimento público do clero e de leigos na política, isso porque a “democratização permitiu o renascer da sociedade civil e, como resultado, a Igreja não mais se sentiu compelida a se manifestar pela sociedade civil, como antes” (MAINWARING, 2005, p.251).

As indagações publicadas no *Jornal Coiteense* contribui, também, em perceber que - apesar da Igreja local está próxima dos pressupostos da Igreja Popular e ser a fomentadora do engajamento dos fiéis católicos no campo político coiteense, como, por

³⁸ *Jornal Coiteense*, janeiro de 1997, pág.2.

³⁹ *Ibidem*.

exemplo, nas ações do clero e na indicação pela instituição, de candidatos, ligados à Igreja, para a disputa eleitoral - uma parcela dos fiéis católicos não aprovavam a atuação dos *católicos progressistas* na sociedade coiteense possivelmente por compreenderem que os ambientes políticos são espaços desprivilegiados para o sagrado.

É evidente que os sujeitos ligados aos grupos políticos do campo político local reagiram com intensas hostilidades contra a atuação desses leigos e padres da *espiritualidade da libertação* na dimensão sociopolítica do município. Tais hostilidades aconteceram durante a eleição municipal de 1996, como, por exemplo, depredação da casa paroquial e tentativa de invasão; tumultos durante as celebrações da missa na igreja matriz, ocasionando o ferimento de alguns fiéis; enfrentamentos durante a programação da Rádio Sisal classificando-os de “comunistas” e “ministros de Satanás”.⁴⁰

Nesse sentido, apesar do objetivo desse texto não foi o de discutir os conflitos entre os *católicos progressistas* e os empresários do sisal, é importante pensar que esses conflitos não foram apenas uma disputa no campo político, mas inclui o campo religioso, pois os empresários da indústria do sisal eram católicos, inseriram nessa disputa pelo poder estratégias de “dessacralizar” as práticas religiosas, crenças e sistema de valores dos religiosos e leigos assentados na Teologia da Libertação.

Assinalo que ao analisar a relação do catolicismo com a política, reconheço que a Igreja é uma instituição. A partir dessa noção, apresentada por Mainwaring (2004), entendendo que a tendência da Igreja proteger seus interesses organizacionais é um elemento chave do envolvimento dela com a política. Assim, compreendo que os conflitos entre as diferentes concepções dos objetivos institucionais da Igreja Católica revelam que coexistem diferentes modelos de *ser Igreja* nessa instituição, vivenciados e defendidos pelos indivíduos que a constitui. Dependendo do modelo que se tenha da Igreja, “a adoção de um determinado propósito pode ser visto como absolutamente essencial ou como errôneo” (MAINWARING, 2004, p.19), assim as ações da Igreja refletem os conflitos políticos e preferências valorativas dentro da instituição e a sua intervenção na política depende fundamentalmente da maneira pela qual a Igreja compreende a sua missão religiosa⁴¹.

Por outro lado, Mainwaring (2004) argumenta que os conflitos entre diferentes setores eclesiais não são diretamente antagônicos e nem são totalmente conscientes a buscarem hegemonias, mas ocorrem através das tentativas de cada grupo estabelecer sua percepção da missão da Igreja como sendo a mais apropriada. Os conflitos políticos afetam

⁴⁰ Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité.

⁴¹ Coutrot (2003) aproxima-se desse entendimento ao analisar que a existência de subculturas cristãs ou modelos de crença dentro de uma própria Igreja, que veiculam diferentes concepções de sociedade, predispoem os fiéis a realizarem determinadas escolhas sociais e políticas.

uma concepção de fé, visto que as práticas sociais e as identidades institucionais modificam-se porque o conflito social leva a uma nova maneira de compreender-se na realidade, se um movimento religioso “acredita que sua missão exige um movimento político, os conflitos políticos afetam a sua concepção de fé. Então, a análise de mudança institucional requer um enfoque mais amplo do processo político” (MAINWARING, 2004, p.25).

Nesse sentido, a presença desses *católicos progressistas* no campo político é significativa para perceber a atuação da *Igreja Popular* na Bahia no período em que os setores conservadores da Igreja Católica assumiram espaços centrais de poder da instituição, como, por exemplo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esses setores possibilitaram a expansão da espiritualidade pentecostal⁴² e minimizaram as ações da *espiritualidade da libertação* em muitas dioceses e paróquias. Ademais, é significativa para conhecer a mobilização empreendida pelos leigos e religiosos no esforço para minimizar uma estrutura política advinda do período ditatorial e para fortalecer a vivência da *Igreja Popular* na sociedade coiteense.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- ALMEIDA, B. C. de. *Partido dos Trabalhadores: rupturas e permanências de um projeto político em Conceição do Coité (1986-2008)*. 2010. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.
- ALVES, Maria O.; SANTIAGO, EDUARDO G. *Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino*. 2007. Disponível em: www.bdpa.cnptia.embrapa.br. Acesso em: 02/12/2016).
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BENTO, Fábio Régio. *A Igreja Católica e a social-democracia*. São Paulo: Ave Maria, 1999.
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II 1959-1965*. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: EDUCAM, 2005.

⁴² Analisando o registro das investigações psicossociológicas de J.-M. Donégani, Aline Coutrot apresenta que essa espiritualidade é uma das correntes mais frouxas da identidade cristã, pois associa ao Espírito todo um simbolismo que traduz valores e atitudes específicas em relação ao mundo.

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, JeanFrançois (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- _____. Os partidos. In:___ RÉMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003 p. 67-68.
- BETTO, Frei. *Diário de Puebla*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BOSI, Alfredo. Economia e Humanismo. In: *Estudos Avançados*, vol.26 no.75. São Paulo May/Aug. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 01/12/2016.
- BRUNEAU, Thomas C. e WE HEWITT. Catholicism and Political Action in Brazil: Limitations and Prospects. In:___ CLEARY, Edward L. e STEWART-GAMBINO, Hannah, (editores) *Conflict and competition - the Latin American Church in a changing environment*, Boulder & London, Lynne Rienner Publishers, 1992.
- GARRIDO, Joan dei Alcàzar. *As fontes Oraís na Pesquisa Histórica: uma contribuição ao debate*. Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol. 13, n. 25/26, Ago. 1993.
- CODINA, Victor. Há 50 anos houve um concílio...significado do Vaticano II. In: *Cadernos de Teologia Pública*. ano VII, número 8I, 2013. Instituto Humanitas Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2013.
- COSTA, Iraneidson Santos. *Que papo é esse? Igreja Católica, movimentos populares e política no Brasil (1974-1985)*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.
- COUTROT, Aline. Religião e política. In:___ RÉMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- DELGADO, Lucília de A. N.; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGAGO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. 2. ed. vol. 4. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: *Tempo e Argumento*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, jan/jun de 2012.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. In: *Varia História*, nº28, dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.historia.uff.br>. Acesso em 01 de outubro de 2017.
- FALCON, Francisco. "História e Poder". In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-90
- FREIXO, Alessandra Alexandre. *Entre a valentia do boi e as fibras do sisal: narrativas e imagens de velhos agricultores sobre seu ambiente*. 265 f. 2010. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas. Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ, 2010.

- GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.
- KLAIBER, Jeffrey. Iglesia, poder y legitimidad popular. In: *Iglesia, dictadura y democracia na América Latina*. Lima: PUC-Perú. p. 13-40. 1997.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.
- LIMA, Jorge. Cultura política e hegemonia. In: *IV Encontro da Compolítica*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, abril de 2011. Disponível em: <http://www.compolitica.org>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.
- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- LOWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.39).
- MACHADO, Adriano Henriques. *Os católicos oPTaram? Os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande São Paulo (1978-1982)*. 204 f. 2010. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARINHO, Simone Ramos. A cultura política do associativismo: o Club Rio Contense. In: *Escritas*, Vol.6 n.1, 2014. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br>. Acesso em 15 de abril de 2017.
- MIRANDA, Cristian Barreto de. *Rebulição no Coreto: conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)* 162 f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2012
- MOTTA, Márcia M. Mendes. História, Memória e Tempo Presente. In: *CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 315f. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- NORA, Pierre. *Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, nº 10, dez. 2003. p. 7-28.
- NUNES, Márcio Manuel Machado. *A criação do Bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910)* 186 f. 2016. Dissertação

(Mestrado) - Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Universidade Federal de Alagoas, Maceió- AL, 2016.

PASSOS, João D.; SOARES, Afonso M. L (orgs). *Doutrina Social e Universidade: o cristianismo desafiado a construir cidadania*. São Paulo: Paulinas; São Paulo: Educ, 2007.

RÉMOND, RENÉ. As eleições. In: __ RÉMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003 p. 49

RESENDE, Livia Paola. *As novas concepções do clero feirense diante das novas inovações do Vaticano II (1964-1980)*. Feira de Santana, 2008. Monografia de Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana.

RICCI, Elcio Aparecido. *Região Sisaleira da Bahia: a reorganização do espaço geográfico da sisalândia a partir da criação da APAEB*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, São Paulo, 2007

ROUSSO, Henry. *O arquivo ou o indício de uma falta*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

_____. A memória não é mais o que era. In: _ AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Francisco de Assis Alves. *Na mira dos coronéis: cartas a um professor coiteense*. Dissertação de Pós-Graduação Latu Sensu, Especialização em Estudos Literários, UNEB – Campus XIV, 2000.

SANTOS, Reginaldo S; OLIVEIRA, José C. S. *Notas preliminares sobre o padrão de intervenção do Estado da Bahia (1955-80)*. Rio de Janeiro, 1988. p.62. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br. Acesso em: 10/12/2016

SILVA, Marinélia Souza. *Padre não deve se meter em política? Conflitos de política e religião em Riachão do Jacuípe/BA nas últimas décadas do século XX*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. *O tempo das utopias: religião e romantismo revolucionários no imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990*. 294 f. 2013. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas. Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ, 2013.

